



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

**Projeto de Lei:** 5040/2018 **Processo:** 9713/2018

Autor: Neuzinha de Oliveira

Ementa: "Dispõe sobre a igualdade das premiações, para homens e mulheres, nas competições esportivas realizadas apoiadas e/ou patrocinadas por órgãos e entidades do

Poder Público Municipal de Vitória".

## I - RELATÓRIO

-5

De autoria da Vereadora Neuzinha de Oliveira, o presente Projeto de Lei dispõe sobre a igualdade das premiações, para homens e mulheres, nas competições esportivas realizadas apoiadas e/ou patrocinadas por órgãos e entidades do Poder Público Municipal de Vitória.

Esclarece a autora que a proposição pretende propiciar a igualdade das premiações esportivas para homens e mulheres, haja vista a existência de desigualdade de gênero, havendo grande disparidade entre as premiações oferecidas entre os competidores do sexo feminino e masculino.

É o sucinto Relatório.

## II - PARECER DO RELATOR

A medida proposta visa propiciar igualdade das premiações para homens e mulheres, nas competições esportivas que tenham a participação do Poder Público Municipal.

Afirma a proponente que o Projeto de Lei pretende corrigir a desproporção existente entre as premiações conferidas a homens e mulheres.

O princípio da igualdade está previsto no inciso I, do artigo 5º, da Constituição da República, senão vejamos:

"Art. 5°. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 – Ed. Paulo Pereira Gomes 5º Andar, sala 504 – Bento Ferreira – Vitória – ES – CEP: 29.050-940.

Y.R





residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Desta forma, o direito à igualdade entre gêneros é garantido pela Lei Magna, sendo injustificável a conduta de diferenciação de premiação em razão de sexo.

Não se vislumbra vício de iniciativa no Projeto de Lei em comento, por se tratar de proposição que garante ao munícipe direito já consagrado em lei federal, já mencionada em linhas transatas.

Do acima exposto e de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, votamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 5040/2018.

É o parecer.

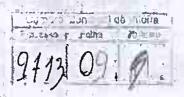
Palácio Atílio Vivácqua, 05 de dezembro de 2018.

Sandro

Vereador – PI

Matéria: Projeto de Lei nº 5040/2018

CCJ 27/12/2018 - 14:43:43 às 14:48:40 Nominal Ata



TOTAL 5

## Presentes: 5 Parlamentares

Povnião:

JOr± m	Nome du Parla <b>mentar</b> , Davi Esmael		F.	Partido PSB	<i>Voto</i> Sim		Horario 14:48:35
51	Leoni		4	PPS	Sim		14:48:02
	Mazinho dos Anjos	4 4	4	PSD '	Sim		14:48:07
	Barro Parrini		, · ·	PDT	Sim		14:48:03
	🕖 iersaa Marinho		¥ 	PSC	Sim	21	14:48:20

